



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais

**ATA DA 354ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

No dia vinte e sete de maio de dois mil e onze, realizou-se a tricentésima quinquagésima quarta reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente no auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, a partir das nove horas e trinta minutos. Estiveram presentes, a secretária executiva do Conselho e suplente Kitty Tavares, Milene Maia representantes da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, e demais membros integrantes, os conselheiros: Ana Maria Santos – SEINFRA, Ailton de Araujo – CTB/BA, Albert Hartmann – SICM, Aurinézio Barbosa – COFIC, Emídio Souza Barreto Neto – PAPAMEL, Emiliano Santiago – ABES/BA, Eunápio de Queiroz – COOPERCON-BA, Iglésias Cabalero – IAMBÁ, Irundi Edelweiss – FIEB, Isabel Ligeiro – IDEIA, Luiz Galvão – SINDBRITA, José Augusto Saraiva – GERMEN, José Cisino – CODEAGRO, José Roberto Celestino – SINAENCO, Kátia Lima – SEAGRI, Reinaldo Dantas – SETUR, Romeu Temporal – SEPLAN, Sérgio Bastos – SINPEQ, Sueli Abad – ASCAE, João Lopes Araujo – AIBA, Leila Márcia Oliveira – ABRE, Josemário Martins – STRI, Hélio Ferreira – CAFAED, e demais convidados. Constaram em pauta: apreciação da Ata da 353ª reunião ordinária; escolha dos representantes para compor a Comissão Organizadora Estadual da Conferência Estadual de Meio Ambiente (COE); Moção de solidariedade a vigência do Código Ambiental de Santa Maria da Vitória; Moção de pesar ao falecimento do ambientalista Elbano Paschoal Figueiredo de Moraes; informes sobre a minuta de Instrução Normativa sobre Regulamento do Processo Transitório; convocação da Comissão Permanente do Cadastro de Entidades Estadual Ambiental; relato de processos com pedido de vistas, adiados, diligenciados e novos. A conselheira Kitty Tavares cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta; registrou a ausência do presidente deste Colegiado que motivo de ordem superior estava participando da análise do Plano Plurianual Participativo - PPA, na Secretaria do Planejamento, cuja pauta principal era o levantamento das temáticas do meio ambiente; registrou e justificou que o ex-conselheiro Julio César Mota representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR foi empossado para assumir a Diretoria Geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, mas por motivos de viagem não pôde comparecer para se apresentar a esta reunião, pretendia comparecer na próxima reunião extraordinária conjunta prevista para o dia 17 de junho; anunciou que em decorrência da reforma administrativa que estabeleceu a criação de uma Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais foi criada a Diretoria de Pesquisas Ambientais e Estudos Avançados do Meio Ambiente, na qual assumiu essa diretoria que terá a responsabilidade de atuar permanentemente com os municípios na capacitação junto a Diretoria de Gestão Descentralizada do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, para realização de oficinas, seminários, cursos e outros; informou que foi criada a Coordenação de Colegiados Ambientais que funcionará a Secretaria Executiva das duas instâncias máximas CEPRAM e CONERH, agregando o Fórum de Mudanças Climáticas e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, para intermediar e coordenar todo processo do sistema SEMA juntamente com os demais órgãos setoriais, bem como representantes dos Colegiados; apresentou a Sra. Milene

43 Maia que estará coordenando os trabalhos, considerando sua experiência com os  
44 Comitês de Bacias Hidrográficas. O conselheiro Josemário Martins sugeriu uma Moção  
45 pela participação e atuação de Kitty Tavares como secretária executiva e conselheira  
46 considerando sua contribuição pelo fortalecimento da gestão ambiental do Estado da  
47 Bahia. A Sra. Kitty Tavares agradeceu a homenagem, em seguida citou os pontos  
48 constantes da pauta; perguntou se havia alguma manifestação com relação ao texto da  
49 ata; não houve e foi considerada aprovada; passou a palavra a Sra. Milene Maia que se  
50 apresentou aos conselheiros; ressaltou que acreditava muito no processo da construção  
51 de forma participativa, para que o controle social seja efetivamente estabelecido; disse  
52 que essa mudança não se aterá somente a estrutura da SEMA, mas no próprio papel dos  
53 Conselhos e em especial o CEPRAM que passaria por um novo momento um desafio de  
54 todos; registrou que aquela data se comemorava o Dia Nacional da Mata Atlântica;  
55 informou que a SEMA vai lançar a 3ª Conferência Estadual do Meio Ambiente, em julho  
56 de 2011, cujo tema principal será "A integração das Políticas"; desejou boas vindas aos  
57 estudantes técnicos do meio ambiente do SENAI que se encontravam presentes na  
58 plenária; solicitou que fosse eleitos dois representantes deste Colegiado para compor a  
59 COE que terá como objetivo participar do processo de organização e construção coletiva  
60 desse evento; salientou que a Conferência propunha um fomento e estímulo as  
61 Conferências Municipais; falou que as indicações dos representantes deveriam ser  
62 apresentadas no final da reunião. Passou para a apresentação do texto da Moção de  
63 solidariedade com relação à votação do Projeto de Lei nº 13, de 23 de março de 2011, de  
64 iniciativa da Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria da Vitória, Bahia, feito  
65 para revogar a Lei Municipal 778, de 25 de novembro de 2009, que institui o Novo Código  
66 Municipal de Meio Ambiente. A conselheira Isabel Ligeiro comentou sobre as implicações  
67 que poderão ocorrer com essa revogação, considerando a ausência da Lei que disponha  
68 sobre a estruturação do Sistema Municipal de Meio Ambiente; disse que o município  
69 ainda não havia se integrado ao Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC  
70 por não possuir o Plano Diretor Urbano – PDDU, apesar de obter o Código, o Conselho e  
71 Fundo de Meio Ambiente, mas já estavam licenciando; fez a leitura do texto que antes já  
72 havia sido apresentado e discutido entre os membros da Câmara Técnica do GAC. O  
73 conselheiro Albert Hartmann questionou qual seria a alegação da Câmara de Vereadores  
74 para revogar essa Lei. A conselheira Isabel Ligeiro respondeu que tinha informações que  
75 seriam por questões interna e política. O conselheiro José Cisino falou dos cuidados que  
76 devem ser aplicados quando for delegar competência aos municípios, para que seja  
77 averiguada de forma a evitar ferir o princípio da legalidade. A conselheira Kitty Tavares  
78 disse que o assunto em questão foi demandado através do Conselho Municipal; sugeriu  
79 que após aprovada a Moção fosse encaminhada a SEMA, INEMA (Diretoria de  
80 Fiscalização e Monitoramento Ambiental), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Conselho  
81 Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, Ministério Público Estadual (Núcleo  
82 São Francisco), Prefeitura Municipal, Promotoria de Justiça e Câmara de Vereadores de  
83 Santa Maria da Vitória, Ba. A conselheira Márcia Teles Diretora de Fiscalização do INEMA  
84 esclareceu que a Constituição maior delega competência aos municípios, o Programa  
85 GAC reconhece essa competência e a fiscalização tem a competência em todas as  
86 esferas, de modo que a supressão de vegetação ilegal pode ser fiscalizada pelo  
87 município, assim como obrigatoriamente poderá ser fiscalizada pelo INEMA; disse que vai

 2

-88 averiguar a situação. O conselheiro Josemário Martins disse que essa Moção ajudará a  
89 fortalecer o sistema da SEMA; propôs que a fiscalização deva ser feita de forma  
90 compartilhada; por fim foram sugeridos algumas alterações ao texto; sugeriu que o a  
91 Moção fosse denominada de "Moção de Apoio e Solidariedade". A conselheira Kitty  
92 Tavares colocou em votação e foi aprovada com uma abstenção. Passou para apreciação  
93 da Moção de Pesar ao falecimento do ambientalista Elbano Paschoal; o conselheiro José  
94 Saraiva apresentou o texto dessa Moção; fez um histórico sobre algumas ações do  
95 ambientalista, biólogo, botânico e professor; propôs que os familiares recebessem essa  
96 manifestação dos conselheiros desse Colegiado; informou que estava ocorrendo um  
97 Encontro da rede mundial da Mata Atlântica. A conselheira Kitty Tavares colocou em  
98 votação e foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Josemário Martins fez a leitura do  
99 texto elaborado durante a plenária da Moção de aplausos a conselheira Kitty Tavares;  
100 solicitou dar conhecimento ao Governador, ao Secretário de Meio Ambiente, aos  
101 membros integrantes do CONERH, da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia  
102 Legislativa, da Ligambiente e APEDEMA; solicitou da Secretaria Executiva a entrega de  
103 Certificados de reconhecimento pelo exercício das funções neste Conselho assinado pelo  
104 Governador do Estado. A conselheira Sueli Abad registrou profundo pesar com a saída da  
105 conselheira Kitty Tavares. Os conselheiros Ailton Araujo, Luiz Galvão, Isabel Ligeiro  
106 manifestaram reconhecimento aos trabalhos exercidos pela então conselheira Kitty  
107 Tavares. Em seguida a conselheira Kitty Tavares colocou em votação e foi aprovada por  
108 unanimidade e agradeceu a acolhida. Passou a palavra a Sra. Vanessa Lima Arduina  
109 assessora especial da SEMA que apresentou a minuta de Instrução Normativa sobre o  
110 Regulamento do Processo transitório da estruturação do sistema SEMA; passou algumas  
111 informações de como se dará esse processo fazendo uma analogia com a edição da Lei  
112 11.941/27.05.09, do CONAMA; comentou que o CEPRAM deve dar continuidade aos  
113 processos que já estavam em diligência e ou com vistas; disse que considerando a  
114 necessidade de disciplinar a atuação do IBAMA, autoridade ambiental federal, na  
115 instauração do sistema administrativo recursal, foi publicada a Instrução Normativa nº 14,  
116 de 15.05.09, alterada pela IN nº 27, de 08.10.09, que dispõe sobre as atuações  
117 transitórias no âmbito do CONAMA em face do IBAMA, citou alguns artigos; disse que  
118 seguindo a linha federal e considerando os processos que já estavam sob análise do  
119 CEPRAM e devidamente encaminhados aos seus relatores, faz-se necessário sua  
120 decisão final pela plenária, conforme a lei vigente naquela época. O conselheiro  
121 Josemário Martins questionou se dentro desse período de transitoriedade seria possível  
122 AVOCAR um processo de relevante interesse deste Conselho. A Sra. Vanessa Arduina  
123 registrou que os processos avocados anteriormente poderão constar em pauta deste  
124 Conselho, os que não forem avocados serão regulamentados posteriormente. A  
125 conselheira Sueli Abad questionou e reivindicou o não recebimento da minuta da  
126 Instrução Normativa com antecedência. A conselheira Kitty Tavares esclareceu que esse  
127 instrumento não seria da competência, apreciação e votação do CEPRAM, se tratava de  
128 uma Norma interna específica para o Instituto considerando questionamentos sobre a  
129 transitoriedade; disse que a Secretaria decidiu de forma transparente dar conhecimento  
130 aos membros deste Conselho. Por fim a conselheira Kitty Tavares pediu que a Secretaria  
131 Executiva disponibilizasse esse instrumento no site da SEMA. A Sra. Vanessa Arduina  
132 ressaltou que a representação social continuará sendo tratada dentro das audiências



133 públicas. A conselheira Kitty Tavares registrou que o CEPRAM deixou de exercer a  
134 competência de caráter licenciador, dos 5% disponibilizados para discussão, mas  
135 independente disso, os conselheiros poderão manifestar sobre determinados  
136 empreendimentos, contudo devem tratar e aprofundar meios para elaborar normas  
137 técnicas que possam deliberar sobre procedimentos de licenças. Passou a palavra a Sra.  
138 Milene Maia que falou sobre a necessidade urgente de buscar uma readequação das  
139 Entidades Ambientistas cadastradas; informou que a Secretaria Executiva estava  
140 fazendo levantamento da situação atual; disse que existiam diversos pedidos de  
141 cadastramento; ressaltou que essa seria uma forma de publicizar e ampliar a participação  
142 dos movimentos nesse espaço; falou que em função do processo de renovação dos  
143 Colegiados, se fazia necessário uma reunião da Comissão Permanente do Cadastro das  
144 Entidades Ambientistas o mais breve possível; foi sugerido o dia 7 de junho; ressaltou  
145 que o material que estava sendo preparado será apresentado a essa Comissão;  
146 comunicou que estava previsto para pauta da reunião conjunta, a ser realizada no dia 17  
147 de junho, a intenção de um Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e a SEMA para  
148 fins de regularizar 450 assentamentos de reforma agrária, isso terá um grande  
149 desdobramento no sentido de retomar as discussões da reforma agrária, de modelo de  
150 assentamentos, da importância de conservação e outros modelos econômicos; colocou  
151 que entendia o sentimento de esvaziamento, mas reconhecia que esse Conselho teria  
152 outras funções tanto quanto importantes que precisam ser aplicadas, não devendo se  
153 limitar a procedimentos de Licenças; ressaltou que as Câmaras Técnicas precisavam ser  
154 reativadas, estimuladas, necessitava criar regras claras para o Estado. O conselheiro  
155 Josemário Martins solicitou um espaço na Tribuna Livre da próxima pauta da reunião  
156 ordinária para falar sobre pagamento de serviços ambientais (MPL 792/2007, Deputado  
157 Anselmo de Jesus, do PT de Rondônia em tramitação na Câmara de Deputados, apenso  
158 54/2010. O conselheiro Roberto Celestino propôs discutir a reavaliação sobre o  
159 funcionamento e participação das Câmaras Técnicas, considerando a necessidade de  
160 elaborar uma agenda positiva com planejamento para as Câmaras, será necessário rever  
161 as Normas antigas. O conselheiro Irundi Edelweiss disse que o CEPRAM terá o papel  
162 fundamental de enriquecer a pauta do Colegiado. A Sra. Milene Maia propôs formar um  
163 grupo de trabalho para construir o planejamento deste Conselho. O conselheiro Emídio  
164 Souza questionou a falta de apoio do Governo para garantir a participação dos  
165 conselheiros em eventos que possam ajudá-los a terem uma visão mais ampla das  
166 questões ambientais da pauta do dia; solicitou que fosse promovida a participação do  
167 Conselho no Seminário sobre energia nuclear a ser realizado na Assembléia Legislativa,  
168 no dia 2 de junho. Passou para o Processo nº 2009-03106/TEC/LO-0124 – JOÃO  
169 TOLEDO DE ALBUQUERQUE referente à Licença de Operação para produção de grãos  
170 em sequeiro em uma área de 8.533,25ha, município de Formosa do Rio Preto,  
171 conselheira revisora Isabel Ligeiro que fez a leitura do seu voto com parecer favorável e  
172 algumas sugestões; destacou que se tratava de um empreendimento presente em duas  
173 Unidades de Conservação Estadual e Federal, além de estar no aquífero Urucuiá, para  
174 isso será proposto uma normatização; sugeriu alteração de alguns condicionantes e  
175 registrou que algumas tinham um significado socioambiental muito grande; enfatizou a  
176 inserção de dois programas que seriam o monitoramento de agrotóxicos e de controle de  
177 erosão, considerando que faz parte da orientação da ICMBIO, bem como a elaboração e

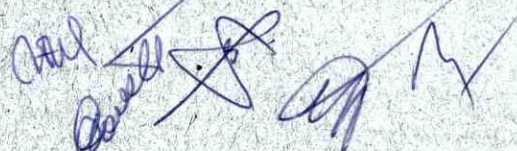


178 execução de um Programa de Educação Ambiental mais específico em razão das  
179 peculiaridades desse empreendimento, bem como a criação de viveiros de mudas de  
180 espécie nobres, para que haja uma compensação ambiental. A conselheira Kitty Tavares  
181 colocou em discussão e passou a palavra ao representante do empreendimento que falou  
182 da preocupação em aplicar um Programa de Educação numa área em que as pessoas  
183 não vivenciariam a vegetação e o bioma que deve ser mantido. O conselheiro José Cisino  
184 informou que a região do Oeste da Bahia estava alcançando um crescimento produtivo  
185 bastante significativo; disse que isso significaria menos pressão em áreas nobres;  
186 ressaltou, com relação à educação ambiental na região, seria mais viável e enriquecedor  
187 uma mobilização nas Escolas para programar visitas as Fazendas para conhecerem a  
188 realidade do local. A Sra. Berenice Perez Brasil informou que naquela região do Grande,  
189 existia um Comitê de Bacia Hidrográfica e uma Câmara Técnica de Educação Ambiental  
190 em parceria com a SEMA desenvolvendo um Projeto de Educação comunicação e multiplicação  
191 de Educomunicadores ao longo da Bacia do Preto; sugeriu um diálogo com esse pessoal,  
192 com objetivo de associar a essa política pública estadual e esforço regional, através  
193 dessas condicionantes fortalecer os grupos que estão construindo um programa de  
194 educação ambiental para a Bacia Hidrográfica do Rio Grande, inclusive com o apoio da  
195 AIBA. O conselheiro José Saraiva falou sobre a questão da água subterrânea  
196 relacionado ao aquífero Urucuia que não estava agregado no contexto, precisando ser  
197 trabalhado a sua particularidade; aproveitou para reiterar a formação de um grupo de  
198 trabalho sobre a região Oeste. A conselheira Leila Oliveira sugeriu inserir em pauta do  
199 CONERH a questão dos reservatórios. A conselheira Isabel Ligeiro propôs a promoção e  
200 elaboração de materiais educativos e reforçou que haja o apoio dessa Câmara Técnica  
201 dentro do Comitê em parceria com o empreendimento, conforme as demandas  
202 levantadas, assim como a visita as Fazendas possam ser incorporadas. A conselheira  
203 Kitty Tavares colocou o entendimento da mesa, que empresa poderá fazer um Plano de  
204 Educação Ambiental. A conselheira Isabel Ligeiro citou a sua proposta de construir um  
205 viveiro de muda. O conselheiro João Lopes comentou que deve ser repensada essa  
206 proposta devido à dificuldade de viabilização. A conselheira Sueli Abad sugeriu que  
207 houvesse o apoio ao que já existia para não inviabilizar as espécies de muda de acordo a  
208 realidade local. O conselheiro José Cisino sugeriu buscar o apoio do Instituto Galvani que  
209 poderá estabelecer ou recomendar a quantidade de mudas. O conselheiro Josemário  
210 Martins recomendou condicionar a quantidade de mudas equilibrada com o potencial do  
211 dano ambiental; citou a integração do Programa de Recuperação de Mata Ciliar -  
212 PERMAC. A conselheira Isabel Ligeiro falou em definir a quantidade de mudas. A  
213 conselheira Leila Oliveira endossou a fala do conselheiro Josemário com relação ao  
214 PERMAC, que pode coordenar esse Projeto. O conselheiro Ailton Araujo chamou atenção  
215 quanto à responsabilidade do empreendedor, bem como o papel do poder público e da  
216 empresa que dará apoio. O conselheiro Eugênio Spengler compareceu a sessão no  
217 momento dessa discussão e sugeriu condicionar um prazo de dois meses, para a  
218 empresa apresentar uma proposta de um Plano, que pudesse identificar a área para o  
219 plantio juntamente com o INEMA, em seguida se retirou para retornar ao compromisso  
220 justificado durante o turno matutino dessa sessão. A conselheira Kitty Tavares fez  
221 encaminhamento do voto considerando as sugestões de alteração da conselheira Isabel  
222 Ligeiro, devidamente discutida e acordada com o plenário; ratificou o prazo estabelecido

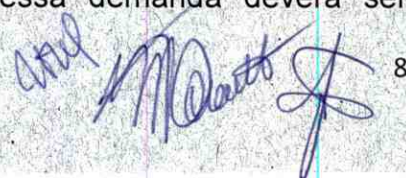
de dois meses para a empresa apresentar um Plano de recuperação, assim como o retorno do INEMA para conhecimento do CEPRAM. A sessão do turno matutino foi encerrada. Às 14 horas e 30 minutos a sessão foi retomada dando continuidade à pauta. Passou para os processos adiados: Processo nº 2007-006843/TEC/AIMU-0356 – LEONARDO LOUREIRO FERNANDES referente à aplicação do auto de infração de multa por destinar áreas de preservação permanente para fins de cultivo de pastagens e pastoreio de gado bovino, no município de Itagemirim, conselheiro relator Josemário Martins que fez a leitura do seu voto favorável a manutenção da multa conforme Parecer Técnico do INEMA; sugeriu o encaminhamento do processo a Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada - CTGAC, para análise do cumprimento ou não dos condicionantes da licença aplicada à época. A conselheira Kitty Tavares passou a palavra a Sra. Márcia Teles diretora de Fiscalização do INEMA que esclareceu alguns pontos e afirmou que a multa foi aplicada de forma correta e pertinente. A conselheira Kitty Tavares ressaltou que se o município dispõe de uma Lei de política de meio ambiente, tem uma estrutura organizada, um fundo implementado e um Conselho Municipal funcionando devidamente, era considerado apto a licenciar empreendimento de impacto local estabelecido no anexo Único da resolução 3.925; o CEPRAM reconhece formalmente e fortalece o papel do município no SISEMA. A conselheira Leila Oliveira fez observações quanto à competência do Estado em licenciar empreendimento fomentado, ou seja, recomendou certo cuidado com a questão florestal. A conselheira Sueli Abad esclareceu que no acordo firmado de fomento estabelecido no Fórum Florestal, o fomentado teria que cumprir algumas regras do contrato para ser aceito. A conselheira Kitty Tavares colocou em votação e todos concordaram com o voto do relator. Passou para o Processo nº 2005-002798/TEC/AIAD-0416 – MEDASA MEDEIROS NETO DESTILARIA DE ALCOOL S/A referente ao Auto de Infração de Advertência por não cumprimento dos condicionantes VIII e IX da Resolução nº 3.290/2004 e alteração da razão social e CNPJ sem requerer ao IMA, conselheiro relator Hélio Ferreira fez a leitura do seu voto contrário ao auto de infração por entender que após recebido essa penalidade o interessado cumpriu as condicionantes, considerou sanada a irregularidade. A conselheira Kitty Tavares colocou em discussão. Passou a palavra a Sra. Márcia Teles esclareceu que, uma vez dada à advertência caracterizava que houve uma irregularidade mesmo após o cumprimento dos condicionantes por parte do autuado. O conselheiro José Cisino discordou, entendia que mantendo a advertência, nesse caso não caberia o processo em pauta. A conselheira Kitty Tavares passou a palavra a Sra. Márcia Teles que salientou que mesmo mantida a advertência o processo era considerado concluído, prevalecendo à empresa um histórico que houve uma irregularidade. A conselheira Kitty Tavares consultou o relator se após as discussões e esclarecimentos do plenário se manteria a sua posição. O relator manteve o seu parecer. Em seguida foi colocado em votação pela retirada da advertência e pela manutenção da Advertência. Foram nove votos favoráveis pela manutenção da advertência e uma abstenção. Passou para o Processo nº 2007-007992/TECC/AIAD-0441 – ANDREA CUNHA RANGEL RAMOS referente ao auto de infração de advertência por irregularidades de risco da poluição e degradação do meio ambiente, conselheiro relator Luiz Galvão que apresentou voto favorável pela manutenção da advertência. A conselheira Kitty Tavares colocou em discussão. O conselheiro Josemário Martins fez uma declaração de voto pela manutenção da advertência; sugeriu que os autos de



268. infração fossem submetidos ao Conselho de Administração do órgão ambiental. A  
269. conselheira Kitty Tavares colocou em votação e todos concordaram com a manutenção.  
270. Passou para o Processo nº 2010-016834/TEC/LL-0039 – EMPA S/A SERVIÇOS DE  
271. ENGENHARIA referente ao Termo de Referência e Plano de levantamento de fauna para  
272. instalação de uma hidrelétrica no município de Aurelino Leal e Gongoji, conselheiro relator  
273. José Roberto Celestino que manifestou pedido de diligência justificando a não  
274. apresentação da Certidão de Uso do Solo, por parte da Prefeitura de Gongoji; citou que  
275. na pauta anterior constou a classificação do empreendimento como porte médio, mas  
276. considerando que se tratava de uma PCH com área superior a 200 hectares, conforme o  
277. Decreto Estadual nº 11.235/08 se tratava de um empreendimento de grande porte, cuja  
278. retificação foi constatada nesta pauta. O conselheiro Emídio Souza solicitou a viabilização  
279. de uma visita dos conselheiros à área prevista a ser inundada; disse que obtinha pouca  
280. informação disponível em relação ao empreendimento. Foi concedida a diligência. Passou  
281. para o Processo nº 2010-016239/TEC/LLO-0035 – CARGILL AGRÍCOLA S/A referente à  
282. licença de localização para recebimento, armazenagem e secagem de grãos no município  
283. de Formosa do Rio Preto, conselheiro relator Iglesias Cabalero; registrou que encaminhou  
284. questionamentos ao interessado relativos à sua diligência e foram respondidos, pediu  
285. permissão para passar a palavra ao representante da empresa Sr. Arnem da Costa; disse  
286. que com relação à carga do tráfego do caminhão foi prevista 100 toneladas, ou seja,  
287. foram cumpridas as normas do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes  
288. - DNIT. O conselheiro Iglesias disse que o estado das estradas baianas e nacionais  
289. depõe contra ao meio ambiente; questionou se foram analisados os riscos de explosão  
290. caso ocorra um sinistro e a que raio poderia atingir. O Sr. Arnem informou que descartava  
291. essa possibilidade, considerando a existência de sistema de captação de postes. Foi  
292. questionado o método de secagem adotado pela empresa através da fonte térmica pela  
293. queima da lenha. O Sr. Arnem informou que em consequência dos resíduos deixados no  
294. alimento, seria utilizado o recurso de lenha exótica com plantação regular de eucalipto e  
295. pinho, com fonte sinalizada em áreas autorizadas pelo IBAMA. O conselheiro Iglesias  
296. Cabalero disse que, contudo deveria existir uma tecnologia no mercado, para que a  
297. operação possa ser de forma mais limpa e segura, a depender da localização o que  
298. deverá ser discutido na fase da licença de operação. O conselheiro Iglesias Cabalero  
299. questionou quanto ao fornecimento de energia elétrica e o sistema de gerador de energia  
300. instalado nas casas dos empregados. O Sr. Arnem esclareceu que a fonte de energia  
301. seria da COELBA, porém seria instalado o Gerador para suprir possíveis falhas da  
302. COELBA caso ocorra interrupção de energia no período de chuvas. Considerando os  
303. questionamentos respondidos seu voto era favorável a concessão da Licença. A  
304. conselheira Kitty Tavares colocou em discussão. A conselheira Leila Oliveira fez  
305. observação quanto ao pedido de um Plano de Suprimento Sustentável - PSS na fase de  
306. implantação para operação. O conselheiro Emídio Souza aventou a possibilidade de  
307. substituição do sistema de Gerador pelo sistema de energia Solar. O conselheiro Luiz  
308. Galvão registrou que o Oeste estava mal assistido pela COELBA e CHESF, motivando a  
309. busca pelo sistema alternativo. O conselheiro Emídio Souza reivindicou a presença de um  
310. representante da Diretoria de Licenciamento do INEMA nas reuniões deste conselho, para  
311. que possa dirimir dúvidas que poderão ocorrer na ordem do dia. A conselheira Kitty  
312. Tavares colocou em votação o voto do relator com os questionamentos respondidos e foi



313 aprovado com uma abstenção. Passou para o Processo nº 2008-009995/TEC/AIMU-0700  
314 – SIDINELO VASCONCELOS CAMPOS – PSTO 02 DE JULHO referente ao auto de  
315 infração de multa por desenvolver atividade de comércio varejista de combustíveis e  
316 lubrificantes, sem licença ambiental no município de Baixa Grande, conselheiro Guilherme  
317 Moura que manifestou adiar a matéria para próxima reunião. Passou o Processo nº 2008-  
318 011957/TEC/AIEM-0045 – R CARVALHO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS  
319 LTDA referente ao auto de infração ode embargo temporário pela implantação do  
320 condomínio Residencial sem licença ambiental e intervenção em área de proteção legal  
321 (APA do Lago de Pedra do Cavalo), no município de Feira de Santana conselheiro relator  
322 José Saraiva que manifestou pedido de adiamento para realizar uma visita ao local com o  
323 apoio do INEMA. Os conselheiros Ailton Araujo e Josemário Martins manifestaram  
324 interesse em visitar juntamente com o relator. Por fim passou para a indicação dos  
325 representantes (titulares e suplentes) do CEPRAM na Comissão Organizadora Estadual –  
326 COE da III Conferência Estadual de Meio Ambiente, a saber: ASCAE, IAMBA, CTB E  
327 FIEB; Também foram indicados para participar do Grupo de Trabalho que opinará no  
328 planejamento da Secretaria Executiva do CEPRAM: FAEB, SINPEQ, FIEB, IDEIA,  
329 IAMBA, FETAG, ABRE e GERMEN. A Sra. Milene Maia informou que independente do  
330 *quorum* as reuniões desse GT serão realizadas e será considerado o envio de  
331 contribuição via email. Passou para o que Ocorrer: a conselheira Isabel Ligeiro sugeriu  
332 uma Moção de reconhecimento a Juliana Silva Freitas considerando a presteza, ética,  
333 zelo, atuação e competência na condução dos procedimentos jurídicos junto a esta  
334 Secretaria e o Colegiado. O conselheiro José Saraiva falou sobre a questão do ZEE e  
335 suas prioridades de ação; pediu que o CEPRAM tivesse uma atuação mais incisiva. O  
336 conselheiro Emídio Souza solicitou uma apresentação do diagnostico ambiental dos  
337 assentamentos previstos para regularização pelo INCRA; sugeriu uma apresentação da  
338 atuação da EMBASA no Rio das Contas referente às ações desenvolvidas nos  
339 mananciais explorados em toda Bahia; questionou quanto a forma de indicações de  
340 membros para participar das Comissões de Acompanhamento; registrou a não  
341 participação do CEPRAM na Comissão de Acompanhamento do empreendimento  
342 Mirabela; ressaltou ainda, a divergência de indicação da participação de membro  
343 representante do Comitê de Bacia, bem como Território nessas Comissões; registrou que  
344 foi entregue a Diretoria de Fiscalização a solicitação de vistoria nas instalações da  
345 EMBASA pelo fornecimento de água alterada no município de Ipiau, causando sérios  
346 transtornos a saúde humana. A conselheira Kitty Tavares esclareceu que, com relação ao  
347 ZEE após contrato com o Consórcio Geo Hidro formou-se uma Comissão SEMA e  
348 SEPLAN; disse que o primeiro relatório foi apresentado com um plano de trabalho que  
349 estava sendo analisado pela Comissão e após aprovação com o prazo estabelecido para  
350 o mês de julho, será convocada as consultas públicas; registrou que as informações serão  
351 repassadas ao CEPRAM; informou que quanto as Comissões de Acompanhamento  
352 competia à empresa convocar e custear a participação dos membros, e em se tratando  
353 dos membros deste Colegiado, a SECEX acionaria os representantes respectivamente,  
354 dependendo também da realidade local. O conselheiro Iglesias Cabalero solicitou o  
355 Relatório dos dois últimos mandatos do CEPRAM; reiterou a sugestão de solicitação para  
356 conhecerem o funciona interno do órgão ambiental especificamente aos trâmites dos  
357 processos. A conselheira Kitty Tavares esclareceu que essa demanda deverá ser

 8

358 atendida após reorganização da estrutura do Sistema; sugeriu uma apresentação do  
359 organograma na próxima reunião extraordinária que vai tratar dessas questões. O  
360 conselheiro Iglesias Cabalero solicitou apresentar na tribuna livre da próxima reunião  
361 ordinária: o Parque Ecológico de Ipitanga. O conselheiro José Saraiva solicitou  
362 informações sobre o processo diligenciado referente ao Loteamento na Cidade de  
363 Itaberaba. A conselheira Isabel Ligeiro informações sobre a posição do Estado referente  
364 ao transporte não autorizado de Urânio para as instalações do Instituto Nuclear do Brasil  
365 -INB em Caetité. A Sra. Vanessa Arduina explicou que o transporte da carga era  
366 misterioso e teve autorização do IBAMA. A conselheira Leila Oliveira propôs retorno das  
367 discussões sobre a situação da água no município de Caetité no plenário do CONERH.  
368 Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Eliuda Soares Costa dos  
369 Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais membros integrantes deste  
370 Conselho. Salvador, 27 de maio de 2011. 

371 **Presidente em exercício:** Kitty Tavares

372 **Membros:**

373 Ana Maria Santos - Seinfra   
374 Albert Hartmann - SICM  
375 Aurinézio Barbosa - COFIC  
376 Emídio Souza Barreto Neto - Papamel  
377 Emiliano Santiago - ABES/BA   
378 Eunápio Ladeia - COOPERCON-BA  
379 Hélio Ferreira - CAFAED   
380 Iglésias Cabalero - IAMBA  
381 Irundi Edelweiss - FIEB  
382 José Augusto Saraiva - GERMEN  
383 José Roberto Celestino - Sinaenco  
384 José Cisino - COEDEAGRO  
385 Kátia Lima - SEAGRI  
386 Kitty Tavares - SEMA  
387 Inaldo Dantas - SETUR   
388 Romeu Temporal - SEPLAN  
389 Sérgio Bastos - Sinpeq  
390 Sueli Abad - ASCAE

391 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**

392 Eliuda Soares  
393 Milene Maia  
394 Marília Gavazza  
395 Tatiana Rocha  
396 Clarice Xavier

